



## ***Tombando as barreiras: Pessoas Trans e Travestis na Educação Matemática: Subalternidade, Resistência e Possibilidades***

### ***Breaking Barriers: Trans and Travesti People in Mathematics Education – Subalternity, Resistance, and Possibilities***

**Erikah Pinto Souza**<sup>[1]</sup>

*Resumo:* O presente texto aborda a presença de pessoas trans e travestis na Educação Matemática, evidenciando invisibilidade, exclusão e marginalização, configurando uma subalternidade estrutural. Barreiras sociais, econômicas e institucionais comprometem a permanência e o sucesso acadêmico dessa população, enquanto currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas frequentemente deslegitimam suas identidades. Essa marginalização transcende o acesso ao conhecimento, envolvendo silenciamento simbólico e limitação da autorrepresentação. Apesar desses desafios, pessoas trans e travestis desenvolvem estratégias de resistência e (re)existência. A atuação de docentes trans e travestis e a criação de grupos de pesquisa que refletem sobre às questões de gênero e sexualidades fortalecem a visibilidade, o protagonismo e a produção de conhecimento, contribuindo para práticas pedagógicas inclusivas. A valorização do nome social, o reconhecimento da diversidade de corpos e identidades e a formação docente sobre gênero são iniciativas que promovem equidade e ambientes educacionais mais seguros. Analisar as intersecções entre identidade de gênero, subalternidade e Educação Matemática é essencial para compreender a exclusão estrutural e orientar a criação de políticas e práticas que promovam inclusão, equidade e valorização da diversidade. Dessa forma, a Educação Matemática pode tornar-se um espaço de afirmação identitária, resistência e transformação social, reconhecendo e incorporando a pluralidade de existências.

*Palavras-chave:* Pessoas trans e travestis. Educação Matemática. Subalternidade. Resistência. Inclusão educacional

#### 1. Introdução

A presença de pessoas trans e travestis na educação matemática brasileira permanece marcada por invisibilidade, exclusão e marginalização, configurando um quadro de subalternidade estrutural. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2024) indicam que apenas 0,3% dessa população conclui etapas significativas da educação formal, evidenciando barreiras sociais, econômicas e institucionais que comprometem sua permanência e sucesso acadêmico. Essa exclusão vai além do acesso aos conteúdos escolares,

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – [souzaerikap@gmail.com](mailto:souzaerikap@gmail.com) – ORCID: (<https://orcid.org/0000-0002-2647-0655>)



assumindo também uma dimensão simbólica, na qual as identidades trans e travestis são frequentemente invisibilizadas ou deslegitimadas em currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas, reforçando padrões excludentes no ambiente educacional.

Ao integrar o conceito de subalternidade desenvolvido por Gayatri Spivak, compreendemos que a marginalização dessas populações na educação não se trata apenas de uma ausência de recursos ou políticas, mas de uma condição do silêncio. Spivak (2010) destaca que o subalterno é aquele cujo discurso é sistematicamente silenciado por estruturas de poder, sendo muitas vezes representado por terceiros sem poder de autorrepresentação. Nesse sentido, estudantes trans e travestis enfrentam múltiplas camadas de silenciamento: são deslegitimados enquanto sujeitos de conhecimento e têm suas existências silenciadas na instituição escolar.

A subalternidade, portanto, não se limita ao espaço escolar, mas se articula com dimensões históricas, sociais e políticas mais amplas. A marginalização é parte de um processo de reprodução de privilégios e exclusão sistêmica. A educação matemática, enquanto espaço de produção de saber e validação social, reflete essas estruturas, reforçando padrões excludentes e hierarquias artificiais que tornam as pessoas trans e travestis subalternizadas.

Diante desse cenário, torna-se necessário analisar as intersecções entre identidade de gênero, subalternidade e um olhar dentro do campo da Educação Matemática, destacando tanto os desafios quanto as estratégias de resistência, autorrepresentação e inclusão. Reconhecer essas camadas de subalternidade é fundamental para construir práticas pedagógicas e políticas educacionais que promovam equidade, valorização da diversidade e reconhecimento das experiências de vida de estudantes e docentes trans e travestis.

## **2. Subalternidade de Pessoas Trans e Travestis na Educação Matemática**

A Educação Matemática, assim como a grande maioria dos espaços de produção de conhecimento, tem historicamente funcionado como um lugar de exclusão para pessoas trans e travestis, revelando diferentes dimensões de subalternidade. A subalternidade se manifesta na ausência de políticas de acolhimento, na não utilização do nome social e na falta de formação docente sobre gênero e sexualidades. Esses fatores expõem estudantes trans e travestis à marginalização e ao constrangimento, limitando sua permanência e participação plena no espaço de aprendizagem.



Currículos, livros didáticos e práticas pedagógicas cis-heteronormativas naturalizam uma única forma de ser e aprender, deslegitimando experiências trans e travestis. Conforme Spivak (2010), a marginalização estrutural impede que a pessoa subalterna se autorrepresente, sendo frequentemente retratada por terceiras. Na matemática, isso se traduz na invisibilização dos/as estudantes trans e travestis e na perpetuação da ideia de que suas identidades e conhecimentos não pertencem ao espaço acadêmico.

Conforme argumenta Spivak (2010), a marginalização estrutural impede que o subalterno se autorrepresente, sendo frequentemente retratado por terceiros. Na matemática, isso se traduz na invisibilização de estudantes trans, perpetuando a ideia de que suas identidades e conhecimentos não pertencem ao espaço acadêmico, reforçando sua posição de subalternidade dentro da escola e do saber científico.

Assim, a subalternidade na Educação Matemática, para corpos trans e travestis se configura como uma interseção entre exclusão institucional, invisibilidade simbólica e vulnerabilidade social. Compreender essas dimensões é essencial para criar políticas e práticas educacionais que promovam inclusão, equidade e reconhecimento das identidades trans e travestis.

### **3. Resistência e (Re)existência**

Apesar das barreiras, pessoas trans e travestis desenvolvem estratégias de resistência e (re)existência na Educação Matemática. A atuação de docentes trans, como a professora, pesquisadora e educadora matemática Erikah Souza, e a criação de grupos de pesquisa voltados a discussão sobre gênero e sexualidades, como o MatematiQueer, demonstram formas concretas de empoderamento e visibilidade, apesar das dificuldades e das poucas possibilidades de escritas que articulem essas existências a pesquisas na área (Esquincalha, 2022). Ações como essas possibilitam que estudantes e docentes ocupem espaços de saber, desafiando normas excludentes e ampliando o reconhecimento de identidades marginalizadas.

A resistência também se manifesta em práticas pedagógicas inclusivas. Educadores/as aliados/as desenvolvem metodologias que valorizam o nome social, a diversidade de corpos e identidades, e promovem reflexões críticas sobre desigualdades estruturais. Tais práticas criam ambientes seguros, nos quais estudantes trans e travestis podem desenvolver suas habilidades



matemáticas sem medo de discriminação, fortalecendo sua autorrepresentação e protagonismo no processo de aprendizagem.

A produção acadêmica de pessoas trans e travestis fortalece ainda mais a resistência simbólica e intelectual. Ao publicar pesquisas e produzir conhecimento, essas pessoas contestam a objetificação do subalterno descrita por Spivak (2010) e afirmam suas vozes, mostrando que a subalternidade pode ser enfrentada através da participação ativa em espaços de poder acadêmico. Essas estratégias evidenciam que, mesmo em contextos de exclusão, pessoas trans e travestis constroem trajetórias de afirmação identitária e transformação social. A (re)existência na Educação Matemática representa um modo de insurgência contra normas excludentes e contribui para a construção de espaços educacionais mais equitativos e inclusivos.

#### **4. Considerações**

A subalternidade das pessoas trans e travestis na Educação Matemática é resultado de estruturas sociais, simbólicas, institucionais e históricas que perpetuam exclusão e invisibilização. O silenciamento dessas identidades limita oportunidades de aprendizagem e participação plena na produção de conhecimento, reproduzindo desigualdades estruturais e normativas. No entanto, estratégias de resistência, atuação de docentes trans e criação de espaços de pesquisa e produção acadêmica mostram que é possível enfrentar a subalternidade. A visibilidade, o protagonismo e a autorrepresentação são caminhos concretos para transformar práticas pedagógicas e tornar o espaço escolar/acadêmico mais inclusivo.

A articulação entre os estudos sobre subalternidade e a educação de pessoas trans e travestis permite compreender como relações de poder, hierarquias artificiais e invisibilização moldam experiências de exclusão. Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para políticas e práticas que promovam equidade, respeito e reconhecimento das identidades de gênero na educação matemática. Dessa forma, a educação matemática não se limita à transmissão de conteúdos, mas torna-se um espaço de afirmação identitária, resistência e transformação social, onde a pluralidade de vozes deve ser ouvida, valorizada e incorporada.

#### **Referências**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Nota técnica sobre políticas de ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior.* [Brasília]: ANTRA, 2024.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. *Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática: tensionamentos e possibilidades.* Brasília-DF. Editora Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2022.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.